

## **TOMADA DE POSIÇÃO SOBRE O NOVO AEROPORTO DE LISBOA**

Há pelo menos duas décadas que em Portugal se discute o futuro do Aeroporto Internacional de Lisboa. Na sua actual localização desde a sua inauguração em 1942, o Aeroporto da Portela, actualmente Aeroporto Humberto Delgado, esgotou a possibilidade de ampliação e os mais de 22 milhões de passageiros que o utilizaram em 2016 estão muito próximo da capacidade limite das actuais instalações.

O esgotamento da capacidade do Aeroporto era desde há muito previsível e levou ao estudo de alternativas e a um amplo debate, nos níveis técnico e político, que se desenrolou ao longo de anos. Em 2008, o Governo de então consagrou a solução de construção de um novo Aeroporto Internacional nos terrenos do designado Campo de Tiro, solução esta que resultou de, e mereceu à época, um alargado consenso.

Esta opção sustentava-se, nomeadamente, na constatação da aproximação do limite da capacidade do Aeroporto na Portela; na necessidade de construir uma alternativa de futuro, capaz de responder às necessidades e potencialidades de crescimento do tráfego aéreo durante décadas; nas características morfológicas favoráveis da localização apontada e do seu adequado distanciamento a zonas urbanas; da posse pública dos terrenos, que representava uma poupança significativa além de que prevenia fenómenos de especulação imobiliária.

Sendo uma infraestrutura de vital importância para o país e sendo portanto o interesse nacional o critério primeiro para a tomada de decisões a seu respeito, a localização do Novo Aeroporto de Lisboa (NAL) terá sempre um forte impacto no desenvolvimento da região que o acolhe. Para a Região de Setúbal a localização do NAL no Campo de Tiro é um elemento importante da estratégia de desenvolvimento que os Municípios e os actores económicos e sociais da região têm defendido, tanto mais que converge com um conjunto de outros investimentos estruturantes apontados para a Região, designadamente: a Plataforma Logística do Poceirão, a Terceira Travessia do Tejo, a Alta Velocidade Ferroviária, entre outros.

Este conjunto de investimentos, ainda que de execução faseada, é necessário para o crescimento e a retoma económica do país, com grandes impacto e efeito multiplicador ao nível regional, promovendo o reequilíbrio funcional e económico das duas margens da Área Metropolitana de Lisboa, possibilitando um maior aproveitamento das potencialidades da Região que lhe possibilitam tornar-se no mais importante nó logístico e de transportes do país, fomentando o crescimento dos Portos de Lisboa (designadamente o Terminal Intermodal do Barreiro), Setúbal e Sines, criando condições para a reindustrialização da Região e a captação de investimentos, nomeadamente, nos sectores de transportes e logística.

Ao longo de dez anos a actuação governativa relativamente ao Aeroporto de Lisboa pautou-se pelo imobilismo, adiando uma solução que se tornava mais urgente a cada dia. Com o alibi das restrições impostas ao investimento público pelo Memorando de Entendimento, todos os projectos fundamentais para o crescimento do país e da região foram adiados indefinidamente, com pesadas consequências para o desenvolvimento regional e nacional.

Entretanto, neste período, foram privatizadas a TAP e a ANA. A ANA, responsável pela gestão dos aeroportos nacionais, é hoje detida pela Vinci Airports, empresa francesa, através de uma concessão de 50 anos. Releve-se no entanto que na base da celebração do Contrato de Concessão da ANA, esteve sempre implícito o compromisso por parte da empresa face aos investimentos necessários à construção de um novo aeroporto em Lisboa face à saturação da Portela. A privatização da ANA, concretizada pelo anterior Governo, não pode impedir que sejam os interesses nacionais, e não os interesses de uma qualquer multinacional, a prevalecer nas decisões que o poder político venha a adoptar.

Prepara-se agora o Governo para confirmar uma opção que, tudo o indica, vinha há muito a ser preparada: a utilização da Base Aérea nº 6, no Montijo, como terminal complementar do Aeroporto da Portela.

A confirmar-se esta intenção, os Municípios de Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal consideram:

- A opção pela Base Aérea nº 6 no Montijo não é a solução mais adequada nem para o país nem para a região.
- Esta opção beneficia a Vinci, que é assim desobrigada de investir num novo aeroporto, por troca com os encargos incomparavelmente menores de adaptação das pistas e instalações da Base Aérea.
- Esta solução é irremediavelmente limitada na sua capacidade e consequentemente na sua duração.
- O investimento que hoje é dispensado à Vinci, será necessário no médio prazo, a expensas então do erário público.
- Os elevados encargos decorrentes da deslocação das funções e equipamentos militares, desmentem o alegado baixo custo desta opção e serão suportados pelo Estado.
- Para a Região, esta opção pode significar perder o acolhimento de um equipamento estruturante, capaz de um impulso determinante ao seu crescimento económico, substituída por uma outra, com um investimento comparativamente diminuto, que se aponta como meramente complementar do Aeroporto da Portela.
- O impacto económico para a Região, resultante da instalação deste terminal no Montijo é, previsivelmente, bastante reduzido, seja ao nível da criação de emprego, seja no que respeita à

atração de investimento ou à ligação ao tecido económico local, uma vez que o que é apontado para o Montijo não é mais que um terminal de passageiros, vocacionado preferencialmente para as companhias low cost, com ligações rápidas a Lisboa.

- Não é referida, nem conhecida, a realização de estudos de impacto ambiental para a utilização da actual Base Aérea nº 6 como aeroporto comercial de alta intensidade de tráfego, indispensáveis tendo em conta que esta localização encontra-se inserida numa região urbana de alta densidade e também próxima de zonas naturais protegidas de elevado valor ambiental: Zona de Protecção Especial do Estuário do Tejo, Reserva Natural do Estuário do Tejo e Rede Natura 2000.

Os Municípios consideram inaceitável que as decisões sobre um projecto desta importância e de grande impacto sobre a Região estejam a ser preparadas sem o envolvimento e auscultação dos Municípios.

Para os Municípios de Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal o que é necessário para o País e Região é a construção do Novo Aeroporto de Lisboa no Campo de Tiro, opção que responde às necessidades actuais e futuras de Portugal relativamente ao tráfego aéreo, de passageiros e de mercadorias. Esta construção deve ser faseada, podendo envolver ainda durante um período significativo, a existência simultânea de dois aeroportos, até à eventual desactivação completa da Portela.

Consideram os Municípios que a construção do Novo Aeroporto de Lisboa na nossa Região, associada à concretização progressiva dos investimentos estruturantes planeados e acompanhada de uma política assente na dinamização do investimento e da produção nacional, contribuirá não só para o crescimento económico, o aumento do investimento e do emprego e o desenvolvimento da Região, como é de vital importância para o crescimento e o desenvolvimento do País.

Na sequência desta posição os Municípios subscritos solicitam ao Sr. Primeiro-ministro uma audiência para apresentarem directamente a sua posição sobre esta matéria.

13 de fevereiro de 2017